



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00677.000.919/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA CONTÍNUOS N.º XXX/2025

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, bairro Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX /XXXX-XX, com sede em Xxxxx/XX, na Xxx Xxxxxx Xxxx, n.º XXX, bairro Xxxxxx Xxxx, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, Xxxxxx Xxxxxxx xx Xxxxxxxx (nome), xxxxx xxxxxxxxxxxx (função), conforme xxxx xxxxxxxxxxxxxxxx (atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA CONTÍNUOS, decorrente do Pregão Eletrônico, sob n.º XXX /2025, Procedimento Administrativo n.º 00677.000.919/2024, regendo-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, Decreto Estadual nº 57.037/2023 e pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 033/2008, 09/2023 e 104/2023, e demais legislações aplicáveis, bem como pelo termo de referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste instrumento, nos termos e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de engenharia contínuos consistentes na manutenção preventiva, preditiva e corretiva, além de



supervisão técnica e plantão 24 horas para chamados de emergência, com fornecimento parcial de materiais, para os sistemas de climatização instalados no edifício sede do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Palácio).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características dos serviços encontram-se descritas no item 4 do Termo de Referência, notadamente no Memorial Descritivo específico, anexo ao Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor mensal do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXX), totalizando R\$ XXXXX (XXXXXXXX).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental, frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



Não será exigida garantia de execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO QUE ANTECEDE O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) em até 15 (quinze) dias após a disponibilização da súmula do presente ajuste, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente paga e registrada no CREA /RS, com todos os campos pertinentes preenchidos, assinada por responsável técnico integrante do quadro de funcionários da CONTRATADA;

b) em até 15 (quinze) dias após a disponibilização da súmula do presente ajuste, Apólice de seguro de Responsabilidade Civil Profissional específica para a ART ou RRT emitida, de acordo com a Lei Estadual nº 12.385/05, se for o caso;

c) em até 15 (quinze) dias após a disponibilização da súmula do presente ajuste, relação de todo pessoal designado para a execução dos serviços, contendo nome, RG e formação profissional.

5.1.1 Os prazos de entrega dos documentos do item anterior poderão ser prorrogados, mediante justificativa da CONTRATADA e a critério do CONTRATANTE.



5.1.2 A Apólice do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional deverá ser entregue antes do pagamento do pagamento da 1ª parcela.

5.1.3 Deverá ser informado ao CONTRATANTE qualquer alteração na relação dos profissionais credenciados, sob pena de o profissional designado para a tarefa ter o acesso negado às dependências desta Instituição.

5.1.4 Após conferir a documentação, o CONTRATANTE emitirá a Autorização de Início dos Serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 O início da prestação dos serviços dar-se-á com o recebimento, pela CONTRATADA, da Autorização de Serviços emitida pelo CONTRATANTE.

6.2 Nenhuma atividade será realizada antes da entrega da Autorização de Serviços e recebimento, por parte do CONTRATANTE, de toda a documentação exigida para o início dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1 Os serviços, bem como qualquer mobilização de material ou mão de obra, somente poderão ser iniciados após AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS, fornecida pela Divisão de Arquitetura e Engenharia do CONTRATANTE.



7.2 O início da obra ou do serviço será precedido de reunião realizada com a equipe da Divisão de Arquitetura e Engenharia e representante da CONTRATADA, incluindo, obrigatoriamente, a presença do responsável técnico.

7.2.1 A reunião poderá ser realizada no local do serviço ou nas dependências do CONTRATANTE, bem como por meio remoto, a critério da Fiscalização.

7.3 Os serviços presenciais serão prestados na Sede do Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Palácio), situada na Praça Marechal Deodoro n.º 110, bairro Centro, Porto Alegre/RS, e deverão obedecer às condições estabelecidas no Memorial Descritivo específico, anexo ao Edital.

7.3.1 As manutenções preventivas serão executadas, normalmente, de segunda a sexta, das 8h30min às 18h, podendo ser programadas para quaisquer outros dias e horários, caso necessário, mediante conveniência do CONTRATANTE.

7.3.2 Serviços que requeiram a parada programada de equipamentos de climatização por tempo suficiente para causar desconforto térmico nos ambientes, ou que causem quaisquer outros inconvenientes aos usuários, poderão ser agendados para finais de semana, programados com antecedência de no mínimo 7 (sete) dias com a fiscalização do contrato.

7.3.3 Para todos os serviços, os técnicos da CONTRATADA deverão se apresentar na administração técnica da respectiva sede do CONTRATANTE. Na chegada, para informar o serviço a ser efetuado e receberem autorização de entrada, e, na saída, para informar acerca do que efetivamente foi realizado e solicitar assinatura do relatório a um servidor do setor.



7.3.4 Excepcionalmente, em prédios que possuem auditório, o CONTRATANTE poderá solicitar plantão para suporte a eventos em finais de semana, feriados ou no período da noite.

7.3.4.1 A convocação ocorrerá com antecedência mínima de 24 horas.

7.3.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar um número de contato telefônico com plantão efetivo de 24h para chamados de emergência, além de ser de sua responsabilidade manter atualizado este número com aviso formal via e-mail.

7.3.6 Os chamados de manutenção corretiva deverão ser atendidos em um prazo máximo de 4 horas. Será admitido um prazo maior caso tenha sido combinado com o servidor que abriu o chamado, em situações de menor gravidade.

7.3.7 Os chamados de emergência deverão ser atendidos impreterivelmente em um prazo máximo de 2 horas. Entre outros, são caracterizados como emergência os chamados que reportem os seguintes problemas: vazamentos de qualquer natureza, paradas de qualquer equipamento que cesse a climatização (parcial ou total), ruídos anormais e excessivos, curto circuito ou sobrecargas e falhas ou a iminência destas que comprometam a climatização ou segurança dos usuários.

7.3.8 A CONTRATADA deverá dimensionar a equipe de trabalho adequadamente conforme a complexidade da tarefa que será realizada ou a urgência do reparo, bem como de acordo com as normas de segurança que regulamentam cada tipo de serviço.

7.3.9 - Os técnicos designados pela CONTRATADA devem possuir a necessária qualificação para operar e manter os equipamentos relacionados, demonstrando total



aptidão para tal. O CONTRATANTE poderá exigir, durante a execução do contrato, a apresentação de certificado de conclusão de curso de nível técnico relacionado com as áreas de refrigeração, eletromecânica ou eletricidade.

7.3.10 A CONTRATADA deverá deter todo o conhecimento técnico necessário para atuação em todos os sistemas de sua responsabilidade.

7.3.11 A CONTRATADA designará um engenheiro mecânico regularmente habilitado e integrante do seu quadro permanente para coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos técnicos da empresa.

7.3.12 Bimestralmente o engenheiro mecânico designado deverá efetuar ao menos uma visita técnica de supervisão dos serviços e aferição das condições dos sistemas. Deverá ser apresentado um relatório contendo todas as inconformidades encontradas bem como as medidas que deverão ser adotadas para a correção dos problemas. Detectada necessidade pela fiscalização do contrato, uma visita deste engenheiro poderá ser solicitada a qualquer tempo.

7.3.13 Salvo por pendência, por parte do CONTRATANTE, no fornecimento de materiais não constantes neste termo, é de responsabilidade da CONTRATADA manter a confiabilidade e as plenas condições operacionais dos sistemas.

7.3.13.1 Deverá ser apresentado um relatório contendo todas as inconformidades encontradas bem como as medidas que deverão ser adotadas para a correção dos problemas.

7.3.13.2 Detectada necessidade pela fiscalização do contrato, uma visita deste engenheiro poderá ser solicitada a qualquer tempo.



7.3.14 A CONTRATADA fornecerá a relação de todo o pessoal designado para a execução dos serviços, contendo nome, RG e formação profissional.

7.3.15 Os funcionários da CONTRATADA se apresentarão uniformizados e portando crachás de identificação.

7.3.16 A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas, instrumentos de medição, escadas e equipamentos de comunicação necessários para o uso de seus funcionários.

7.3.17 A CONTRATADA disponibilizará para seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual (EPIs) recomendados pelas normas regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego e diligenciará para que seu uso seja permanente e efetivo.

7.3.18 No caso da necessidade de materiais não constantes neste termo, a CONTRATADA é responsável por disponibilizar a mão de obra necessária para a instalação de dispositivos novos ou a substituição de peças avariadas, sem custos adicionais, bem como providenciar o envio e a retirada de componentes, avariados ou novos, em oficinas ou pontos comerciais situados na cidade de Porto Alegre e municípios limítrofes, com todos os custos a seu encargo.

7.3.19 É responsabilidade da CONTRATADA o levantamento das especificações técnicas detalhadas e o fornecimento de um orçamento de todo o material que seja a cargo do CONTRATANTE. As especificações técnicas deverão ser informadas à fiscalização logo após a identificação da necessidade da aquisição do material.

7.3.20 É de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos seguintes materiais:



a) Materiais consumíveis: panos, esponjas, lixas, tintas, solventes e desengraxantes, desinfetantes e bactericidas, lubrificantes, quaisquer tipos de filtros, correias, juntas de vedação e selantes, isolantes elétricos, cintas e braçadeiras, gases e insumos para soldas em geral e assemelhados.

b) Materiais de recomposição, inutilizados ou perdidos durante a execução dos serviços: cabos e conectores elétricos, tubos de aço, cobre e pvc, isolamentos térmicos, travas, pinos, porcas, parafusos e arruelas.

c) Materiais de uso eventual conforme necessidade: fluidos refrigerantes, óleos lubrificantes para circuitos frigorígenos, nitrogênio, fusíveis e disjuntores tripolares de até 63 A, comutadores elétricos de comando e sinaleiros.

7.3.21 A CONTRATADA deverá fornecer e substituir os filtros de ar e seus acessórios sempre que for necessário, ou conforme prazo estabelecido pela fabricante dos equipamentos ou normas vigentes. Todos os componentes deverão ser novos e de acordo com a configuração original de cada equipamento.

7.3.22 A CONTRATADA deverá elaborar e manter atualizado um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, conforme determina a Portaria 3.523 do Ministério da Saúde, de 28 de agosto de 1998, com aplicação supletiva da ABNT NBR 17.037, de 25 de abril de 2023. As atualizações do PMOC serão realizadas mensalmente.

7.3.23 Mensalmente, a CONTRATADA apresentará relatório assinado pelo responsável técnico contendo o resumo das atividades realizadas no período, serviços que permaneceram pendentes e relação de componentes que devam ser substituídos. O relatório será avaliado pelo servidor responsável pela fiscalização.



7.3.24 - Os serviços de manutenção preventiva serão realizados conforme o PMOC apresentado pela CONTRATADA, podendo o CONTRATANTE exigir a inclusão de quaisquer serviços que não estejam descritos nesse PMOC e que sejam exigidos pelas normas vigentes.

7.3.25 Caso análises da qualidade do ar apresentem níveis insatisfatórios para quaisquer uns dos parâmetros previstos na Resolução nº 9 da Anvisa, cabe à CONTRATADA providenciar todo e qualquer serviço, bem como quaisquer produtos químicos e materiais de limpeza, para a correção das devidas anormalidades.

7.3.26 É responsabilidade da CONTRATADA, em todos os serviços que venham a ser executados, manter integralmente a garantia de equipamentos ou componentes que sejam originários do fabricante.

7.3.27 Devido aos equipamentos estarem dentro do prazo de garantia, a CONTRATADA deverá possuir credenciamento junto à empresa Hitachi para a execução de serviços de manutenção em sistemas VRF/VRV, incluídos os tipos de equipamentos descritos na tabela do item 3 do Memorial Descritivo, devendo ser comprovado através de certificado de credenciamento.

7.3.27.1 A certificação de que trata o item anterior fará parte da documentação de qualificação técnica.

7.4 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas contidas no termo de referência e neste ajuste.

7.4.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a CONTRATADA será notificada para solucionar os problemas, que deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias.



7.5 Os resultados da contratação serão aferidos com o recebimento dos serviços, nos termos das especificações lançadas no Anexo I do Edital de Licitações – Termo de Referência e no Memorial Descritivo.

7.6 Os serviços são prestados mensalmente, sendo avaliados continuamente, e serão recebidos, mediante ateste, no mês seguinte à prestação.

7.7 A CONTRATADA deverá informar um e apenas um endereço de e-mail de onde serão encaminhados os relatórios, a Nota Fiscal e demais documentos necessários para a solicitação de pagamento, devendo toda a documentação ser reunida e encaminhada em envio único. No caso da necessidade de mudança do endereço de e-mail, a alteração deverá ser imediatamente informada para a fiscalização.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual, apenas incidindo sobre objeto a garantia legal de estabelecida na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).



CLÁUSULA DÉCIMA– DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO

10.1 O documento fiscal deverá ser apresentado mensalmente, juntamente com o(s) relatório(s) dos serviços, até o 15º dia do mês subsequente à prestação dos serviços.

10.1.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

10.1.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail *controle@mprs.mp.br*, aos cuidados de Fábio Generosi e João Carlos Orguim da Silva, ambos lotados na Divisão de Arquitetura e Engenharia, rua Andrade Neves, n.º 106, - 21º andar, CEP 90010-210, Porto Alegre/RS, Fone: (51) 3295-8262.

10.1.3 A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

10.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

10.1.5 Não serão recebidos ou protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

10.1.6 Deverão ser encaminhados, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) relatório de serviços;



b) Certidões Negativas: CND Municipal, CND Estadual, CND Federal, CND trabalhista e CND FGTS.

10.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

10.3 Quando o documento for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

10.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização da nota fiscal.

10.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

10.6 Sendo o caso de pagamento *pro rata die*, será adotado o mês comercial (30 dias).

10.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.



10.8 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

10.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

10.10 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor do presente contrato não pago na data aqui prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA/IBGE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO

12.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano o orçamento estimado, datado de XX /XX/XXXX.



12.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104 /2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

12.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1 Constituem direitos do CONTRATANTE:

- a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;
- b) exigir, durante a execução do contrato, a apresentação de certificado(s) de treinamento(s) específico(s) de acordo com a função técnica a ser desempenhada; e
- c) recusar pessoas com antecedentes criminais.



13.2 Constitui direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

13.3 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato;

d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades;

f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

13.4 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) fornecer ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – com a devida taxa recolhida;



b) prestar os serviços na forma ajustada, responsabilizando-se pela sua execução, bem como pela fiel observação das especificações técnicas do projeto e das diretrizes contidas neste ajuste, no Termo de Referência e no Memorial Descritivo específico, anexo ao Edital;

c) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

d) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

e) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

f) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

g) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

h) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;



i) planejar a execução dos serviços, de forma que sejam realizados causando o mínimo de transtorno possível;

j) manter equipe de técnicos capacitados ao cumprimento do objeto;

k) manter responsável técnico, engenheiro(a), que efetuará a direção, supervisão técnica e o acompanhamento dos serviços desta contratação.

l) zelar pela limpeza permanente do local, bem como entregá-lo completamente limpo ao final dos serviços;

m) descartar os materiais que forem substituídos em local apropriado, observando-se a legislação pertinente;

n) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a utilizarem os equipamentos de proteção individuais indicados para elidir a periculosidade e/ou insalubridade, porventura existentes, na execução das tarefas necessárias à realização das diversas etapas dos serviços contratados;

o) retirar, imediatamente, após o recebimento da ordem de serviço correspondente, qualquer empregado, tarefeiro, operário ou subordinado seu que, a critério da Fiscalização, venha a demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica, ou mantiver atitude hostil para com os fiscais ou prepostos do CONTRATANTE;

p) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e e-mail, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;



q) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

r) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n.º 14.133 /2021;

s) apresentar, mensalmente, relatório de vistoria discriminando todos os serviços realizados e as falhas verificadas, com as soluções adotadas para cada problema e a relação de peças substituídas;

t) manter, nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança;

u) manter rigorosamente atualizada a relação dos profissionais credenciados ao cumprimento do objeto contratual;

v) comunicar formalmente à fiscalização técnica sempre que ocorrer de afastamento do profissional Responsável Técnico do quadro da CONTRATADA. A substituição do responsável técnico estará condicionada à verificação, pela fiscalização, quanto ao atendimento do novo responsável técnico aos requisitos previstos na qualificação técnica do edital licitatório;

w) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

x) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017)

y) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

z) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15.1 O presente contrato entrará em vigor dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul, e perdurará pelo período de 12 (doze) meses.

15.2 O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

16.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da parcela mensal do contrato, por hora de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 60 (sessenta) horas, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

16.2.1 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela mensal do Contrato, por dia de atraso em que,



sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 30 (trinta) dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

16.2.2 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

16.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.4 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

16.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.



16.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

16.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

16.8 O procedimento de penalização realizar-se em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento PGJ nº 104/2023-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO

17.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

17.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS VEDAÇÕES



É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

19.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

19.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.



19.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

19.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

19.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

19.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

20.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

20.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.



20.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão por conta do Órgão 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, NAD 3.3.90.39, Rubrica 3931.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00677.000.919/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.